

# SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO COM FAMÍLIAS: reflexões sobre limites e possibilidades de materialização do projeto ético-político profissional

Ozeane Araújo de Albuquerque da Silva<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Este artigo reflete sobre o trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social. Analisa as particularidades deste trabalho desenvolvido historicamente por assistentes sociais, desde o do Servico Social enquanto surgimento profissão, contemporaneidade. Caracteriza-se como um estudo de revisão bibliográfica, guiado pelo método crítico dialético, uma vez que há uma busca por sair da aparência e da imediaticidade, indo em direção à essência do fenômeno. Conclui que se faz necessário o adensamento do debate, numa perspectiva crítica, em torno do trabalho social com famílias, vislumbrando suas potencialidades de defesa de direitos e luta por uma nova ordem societária.

**Palavras-chave**: Serviço Social; Trabalho Social com Famílias; Conservadorismo.

### **ABSTRACT**

This article reflects on social work with families within the scope of Social Work. It analyzes the particularities of this work historically developed by social workers, from the emergence of Social Work as a profession, to the present day. It is characterized as a bibliographic review study, guided by the dialectical critical method, since there is a search to get out of appearance and immediacy, going towards the essence of the phenomenon. It concludes that it is necessary to deepen the debate, from a critical perspective, around social work with families, envisioning its potential for the defense of rights and the struggle for a new societal order.

Keywords: Social service; Social Work with Families; Conservatism.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRN. Especialista em instrumentalidade do Serviço Social. E-mail: ozeanealbuquerque@yahoo.com.br















### 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, em virtude das particularidades do seu processo de formação social e política, nunca se vivenciou um Estado de Bem Estar Social. Contrário a isso, têmse um processo que acompanha o surgimento das políticas sociais marcadas pela seletividade e fragmentação, com forte apelo à participação das famílias como forma de ajustamento e controle.

As primeiras respostas do Estado às expressões da questão social datam a década de 1930, marcando também o surgimento do Serviço Social, enquanto profissão interventiva. O/a assistente social passa a ser um/a profissional requisitado/a a atuar profissionalmente com famílias. Inicialmente através de uma prática de viés conservador, doutrinário, moralizante, evangelizador, que objetivava adequar os indivíduos à ordem imposta. As expressões da questão social eram compreendidas como problemas individuais das famílias e de ordem moral e/ou religiosa, sendo esses os elementos que direcionavam o trabalho social desenvolvido com famílias naquele momento.

Com o próprio processo de desenvolvimento do Serviço Social e as exigências postas pelo Estado, a profissão passa a executar um trabalho social com famílias com perfil mais técnico, sem, contudo, abandonar o conservadorismo.

Será apenas na década de 1980, através da aproximação do Serviço Social com a teoria marxista, que os/as profissionais repensam suas práticas, abordagens conservadoras e redefinem seu objeto de trabalho. Com isso, compreende-se que a questão social é o objeto de trabalho da profissão, a qual passa a se vincular politicamente em favor da classe trabalhadora e na defesa de direitos e luta pela superação do modo de produção capitalista, dando início ao processo de construção do que se convencionou chamar de projeto ético-político.

No entanto, esse processo de repensar crítico da profissão só será extensivo ao trabalho social com famílias, de forma mais significativa, a partir dos anos 2000, quando constata-se um maior direcionamento para a produção teórica, realização de













eventos e debates sobre a natureza, limites e possibilidades deste trabalho no tocante à construção de uma outra sociabilidade.

Assim, o presente artigo se propõe a contribuir com as reflexões sobre o trabalho social com famílias, desenvolvido por assistente sociais, a partir da análise histórica do desenvolvimento do Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho.

O percurso metodológico inclui pesquisa bibliográfica, guiada pelo método crítico dialético, uma vez em que a análise do fenômeno requer levar em consideração a totalidade social, em seus aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos.

Nessa perspectiva, apresenta uma reflexão sobre a vinculação histórica entre o Serviço Social e o trabalho social com famílias, buscando refletir sobre as nuances que traduzem o conservadorismo profissional, como também as possibilidades de superação do mesmo, a partir da materialização do projeto ético-político.

# 2 SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: UMA VINCULAÇÃO HISTÓRICA

Analisando a literatura sobre o Serviço Social no Brasil, é possível considerar que a sua vinculação ao trabalho social com famílias é histórica, uma vez que, desde o seu surgimento, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, ocorrido na década de 1930, pode-se constatar a intervenção de assistentes sociais junto a famílias. Tal intervenção se caracterizava por um perfil missionário, evangelizador, doutrinário e caritativo, direcionado à desmobilização e controle social. (IAMAMOTO, 2000)

As contradições trazidas com o desenvolvimento (mesmo que tardio) do capitalismo no Brasil, através da industrialização ocorrida na década de 1930, ecoam no acirramento das desigualdades sociais, expressas pelo agravamento das expressões da questão social.













Conforme lamamoto (2000), o acirramento das expressões da questão social, ocasionado pela industrialização do Brasil, era visto pela Igreja e, portanto, pelo Serviço Social como problemas de cunho moral e religioso e não como consequências das contradições entre o capital e o trabalho. Tal compreensão marca a leitura da realidade que dominava a profissão nesse período, direcionando a ações desenvolvidas, que possuíam um forte cunho ideológico para ajustamento à ordem imposta. Assim,

Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodutora da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. (...) Atuando através de entidades filantrópicas privadas e através do Estado, o Serviço Social orienta-se para uma individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais. Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento socioeducativo da "clientela", tratamento de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. (IAMAMOTO, 2000, p. 20-21)

Neste período, assim como em outros da história do Brasil, é importante destacar a importância do Serviço Social, no cenário político e social, enquanto garantidor do consenso, através de um exercício profissional pautado em bases acríticas e aclassista.

Nas décadas seguintes, a implementação das políticas sociais veio exigir um aprofundamento técnico para a profissão, de modo que a mesma se distancia das bases doutrinárias da Igreja Católica e aproxima-se ao Serviço Social norte-americano, em especial nas abordagens de caso, grupo e comunidade, permanecendo, no entanto, na perspectiva de controle, ajustamento de indivíduos e famílias à ordem imposta pelo capital. (MIOTO, 2010)

De acordo com Mioto e Horst (2017), o trabalho com famílias, desenvolvido por assistentes sociais, nesse período, incidia sobre o modo de vida dos indivíduos, suas condições de higiene, condutas sociais, familiares e nos laços familiares. Os instrumentos e técnicas empregadas se vinculavam a julgamentos morais do/a















próprio/a assistente social, que direcionava sua atuação a processos de averiguação e controle dos modos de vida das famílias.

Corroborando com a discussão, Duarte (2018) afirma que as expressões da questão social permaneciam sendo consideradas pelos/as assistentes sociais como sendo problemas individuais e de famílias "desajustadas e desestruturadas".

Assim, é consensual na literatura estudada, considerar essas características, voltadas ao ajustamento e controle, como hegemônicas no trabalho desenvolvido por assistentes sociais com famílias. O que vai sofrer modificações apenas com a interlocução do Serviço Social com a teoria social crítica, que impulsiona a construção do que se convencionou chamar de projeto ético-político.

De acordo com Yazbek (2009), a década de 1980 é profundamente significativa para o Serviço Social brasileiro. Em meio ao repensar da profissão, teoricamente há a aproximação com a teoria marxista, o que contribui para novas interpretações do/a assistente social sobre a realidade que atua, bem como para a vinculação com a classe trabalhadora e a um projeto societário que vislumbre a superação do modo de produção capitalista.

Portanto, será a partir da adoção da teoria marxista, e desenvolvimento do projeto ético-político, que a profissão passa a questionar a sua atuação; a função do Estado; as políticas sociais, contribuindo significativamente para a produção de conhecimento nessas áreas.

Para Mioto (2010), a aproximação do Serviço Social com a teoria marxista foi bastante profícua, principalmente para o amplo desenvolvimento da profissão entre os anos 1970 e 2000, em que se destaca o seu reconhecimento enquanto área de produção do conhecimento, avanço nas discussões sobre seus fundamentos e sua inserção nas políticas sociais. No entanto, a autora supracitada, evidencia que tal desenvolvimento não foi extensivo aos debates em torno da família e trabalho social com famílias.

Como os/as profissionais continuavam atuando com famílias e, não encontrando subsídios para atuação e debate dentro da teoria social crítica,













recentemente adotada pelo Serviço Social, os/as assistentes sociais se lançam no que Mioto (2010) denomina de uma verdadeira "migração", em busca de outros referenciais teóricos, distantes da teoria social marxista, hegemônica na profissão.

Destarte, dentro dessa "migração", Mioto (2004) aponta a aproximação com o campo da psicologia, principalmente no que tange às terapias familiares, o que marca um exercício profissional voltado para a "psicologização dos problemas sociais".

Através destas abordagens, as demandas postas pelas famílias eram vistas pelos/as assistentes sociais como "casos individuais", com capacidade de resolutividade interna, a partir de mudanças de comportamentos.

Já na década de 1990, segundo Mioto (2010), em meio às produções intelectuais do Serviço Social, o debate sobre família e trabalho social vai ganhando impulso, mesmo que timidamente se comparado a outras temáticas, como políticas sociais e direitos sociais, por exemplo.

De acordo com a autora citada acima, será por volta dos anos 2000 que a temática do trabalho social com famílias passa a ganhar mais espaço no Serviço Social, passando a ser objeto de estudos, produções, debates e análises. Isso se deu, pelas próprias exigências postas pela/na realidade, em que numa conjuntura política de minimização das funções protetivas do Estado, as famílias adquirem centralidade nas políticas sociais.

Ganha corpo na profissão as produções que visam oferecer elementos para que haja um entendimento de que, apesar da centralidade atribuída às famílias nas políticas sociais brasileiras, o objeto de trabalho do/a assistente social continua sendo as expressões da questão social e não a própria família. Destarte, o movimento que se observa no interior da profissão, à luz do projeto ético-político, é de tentativa de superação do conservadorismo no desenvolvimento do trabalho social com famílias.

No entanto, apesar de tal tentativa, o conservadorismo na atuação profissional com família persiste. Para Duarte (2018, p. 204):

As manifestações do conservadorismo no trabalho social de assistentes sociais com famílias podem se expressar sob diversos conteúdos e formas:













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

seja pela psicologização e individualização da "questão social"; na despolitização da pobreza; na redução de direitos e políticas sociais a benefícios; na submissão do acesso das famílias a testes de meios e critérios de elegibilidade; pela via do moralismo, preconceito, racismo, machismo, da misoginia; no aprisionamento das ações profissionais a manuais e a convicções religiosas; na negação das contradições das relações familiares; nas relações hierarquizadas, privando o usuário da vez e da voz; na ausência da historicidade e a totalidade das ações profissionais.

A permanência e avanço do conservadorismo no Serviço Social, no âmbito do trabalho social com famílias, se dão por diversos elementos. Pode-se salientar o já citado distanciamento, na perspectiva marxista adotada pela profissão, das discussões e produções sobre famílias e trabalho social com famílias, o qual passa a ganhar maior impulso apenas nos anos 2000. Outro elemento se refere ao próprio direcionamento adotado pelas políticas públicas e as exigências por um "perfil profissional" que atenda às exigências impostas por elas.

Essa estreita relação, entre o direcionamento dado pelo Estado às políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais, se dá pelo fato do Serviço Social ser considerada uma profissão interventiva e que, segundo Guerra (2018), tem como principais espaços sócios ocupacionais justamente as políticas sociais. Políticas essas que exigem profissionais técnicos, capazes de alimentar sistemas e seguir os manuais propostos, compreendendo, assim, um exercício profissional de controle e práticas disciplinares, oposto a uma perspectiva de acesso a direitos e participação social, como defende o projeto profissional crítico. Desta forma, autora supracitada destaca que:

Nessa direção, entrevistas, visitas, cadastros, estudos e exames são realizados com base em padronização e técnicas de caráter manipulatório que indicam o que e como arguir os usuários, o tipo de pergunta a ser feita, a entonação da voz etc, muitas vezes com fim investigatório. (...) Ao utilizar estratégias de aferição da verdade e de individualização dos sujeitos para aliviar tensões e insatisfações, como orientação da política e lógica dos serviços, submetendo-os ao controle institucional, tais técnicas e procedimentos se convertem em atribuições socioprofissionais das assistentes sociais. (GUERRA, 2018, p. 101)













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Compreende-se que, a forma como as políticas sociais se organizam e demandam exigências aos/às profissionais, limitam sua atuação a determinados "padrões" a serem seguidos. Diante do exposto na citação acima, apreende-se que a própria instrumentalidade do Serviço Social é posta ao controle do capital. As dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica ficam presas a determinados procedimentos, com valorização técnica "do que" e "do como fazer", perdendo-se a capacidade teleológica sobre a natureza do trabalho executado.

Nessa mesma perspectiva, Mioto (2004) considera importante, para além da análise crítica da realidade e da compreensão dos limites impostos pelos serviços direcionados às famílias, a superação das contradições existentes entre os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e as ações concretas dos/as assistentes sociais com famílias, expressas através da realização de mediações.

Os/as assistentes sociais têm sido chamados/as a intermediar a relação que se dá entre os serviços prestados através das políticas sociais e os sujeitos que a demandam. Nessa relação de intermediação, Guerra (2018) afirma que tais profissionais têm assumido competências que culminam com justificativas quanto aos limites institucionais para o atendimento, ou não, do que seria do/a usuário/a por direito; convencimento, através de estratégias de coerção e adesão, para que os/as usuários/as aceitem determinados critérios de elegibilidade e condicionalidades de determinada política.

Além disso, a autora mencionada, destaca o trabalho socioeducativo desenvolvido no âmbito do repasse de valores, reforço moral, visando adequação de comportamentos e atitudes dos sujeitos aos padrões determinados pela política. "Com isso, o Estado minimizado no que diz respeito à implementação de serviços e políticas sociais se converte no Estado maximizado em medidas de controle sobre a população pobre." (GUERRA, 2018, p. 102)

Exemplos desse controle e intervenção exercidos pelo Estado sobre as famílias são apontados por Gueiros (2010), à exemplo de medidas de caráter jurídico (como a legislação de proteção à criança, adolescente, idosos, deficientes, entre













outras); econômicas (controle sobre o trabalho) e institucionais (controle no que se refere à saúde, escolarização).

A partir daí é que situa-se o trabalho desenvolvido por assistentes socais com famílias, o qual se materializa através de uma política social focalizada, compensatória e altamente seletiva. Trabalho social esse, compreendido por Teixeira (2017, p. 34) como:

(...) um trabalho especializado, técnico, portanto fundamentado teóricometodologicamente, ético e técnico-operacional, desenvolvido por equipes interdisciplinares no contexto da materialização da política social, junto à família e seus membros ou em prol dessa.

Enquanto trabalho, o trabalho social com famílias exige uma instrumentalidade e, portanto, desenvolvimento das três dimensões que a compõem. Com isso, requer uma intencionalidade, uma finalidade que são mediadas pelas relações que se dão na própria realidade, em que as determinações postas pelas próprias políticas sociais agem como determinantes.

Mesmo assim, diante do cenário de regressão das funções protetivas do Estado e do perfil profissional demandado pelas políticas sociais, as quais exigem profissionais técnicos e que, de posse de uma razão formal abstrata, organizem seu processo de trabalho, deve-se considerar que, mesmo nesse espaço antagônico e contraditório, há espaços para a afirmação e materialização do que se defende hegemonicamente através do projeto ético-político do Serviço Social.

Sobre isso, Teixeira (2017) remete às discussões sobre a questão da "relativa autonomia", para afirmar que, mesmo diante de uma política social seletiva, focalizada, compensatória, com viés familista, há possibilidades para defesa de uma finalidade crítica para o trabalho social com famílias, caminhando na luta por direitos, cidadania e participação social dos sujeitos.

Tem-se, portanto, a materialização dos princípios expressos no Código de Ética do Serviço Social, enquanto defesa de direitos, da democracia e da cidadania e luta por uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de uma classe sobre a outra.















REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Ao defender um trabalho social com famílias, numa perspectiva crítica, é importante refletir também sobre a própria concepção do que seja família, que orienta tal trabalho. Para Teixeira (2016, p. 29), "a família não é uma instituição natural, mas social e histórica, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades ou no interior de uma mesma sociedade, conforme as classes e grupos sociais heterogêneos".

Já Gueiros (2010, p. 128) apresenta uma compreensão de que "a noção de família remete a relacionamento entre pessoas, que não necessariamente compartilham o mesmo domicílio e os mesmos laços sanguíneos ou de parentesco".

O trabalho social com famílias requer, assim, uma concepção de família que leve em consideração a totalidade social, ou seja, as transformações sociais, econômicas, culturais e políticas diante das quais vivem as famílias. Além disso, se faz necessário considerar a heterogeneidade das famílias; suas diferenciações de gênero; geração; classe, raça, dentre outros, como também a compreensão de que "o termo unitário família alude a uma forte unidade e homogeneidade, porém oculta uma realidade marcada por interesses divergentes, modelos hierárquicos, relações de poder e força, mas também processos de negociação, de cooperação e de solidariedade". (TEIXEIRA, 2016, p. 31)

Segundo Mioto (2010), para o desenvolvimento do trabalho social com famílias se faz necessária uma estruturação, em pelo menos três linhas: processos político-organizativos; processos de planejamento e gestão e processos sócio assistenciais.

Os processos político-organizativos no trabalho social com famílias, segundo a autora acima mencionada, se dão de modo a privilegiar o debate entre família e proteção social na esfera pública, de modo a privilegiar a defesa de direitos e rompimento com práticas e ideologias que trazem a família como responsável pela proteção de seus membros. Tal processo se dá de forma coletiva, valorizando-se canais de participação social, como os espaços de controle social e os movimentos sociais.













REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA ASSE DE LUKÁCS

Os processos de planejamento e gestão são responsáveis pelo deslocamento do centro de interesse institucional para a defesa das necessidades das próprias famílias. São operacionalizados através do trabalho intersetorial, os quais devem objetivar oferecer suporte às famílias, revertendo o processo de culpabilização e responsabilização individual, ainda muito impregnadas no âmbito das políticas sociais.

Já os processos sócio-assistenciais, são apresentados por Mioto (2010), como sendo as próprias ações profissionais desenvolvidas com as famílias, compreendidas enquanto sujeitos possuidores de necessidades e não como objetos terapêuticos. No atendimento dessas demandas/necessidades, busca-se a construção da autonomia e participação política dos sujeitos.

Tais processos são importantes para a construção da metodologia do trabalho social com famílias, o qual, a partir do método crítico dialético, deve partir para a defesa de direitos e construção de sujeitos participativos, buscar o atendimento das demandas/necessidades postas pelas famílias, situando-as enquanto expressões da questão social, sem cair na culpabilização, indivualização e psicologização.

O trabalho social com famílias, se tomado numa perspectiva crítica, exige a análise da totalidade, das contradições sociais e compreensão de que as demandas postas pelas famílias não são "casos de família" e sim expressões da questão social. Requer a superação da dimensão conservadora, disciplinadora e que culpabiliza as famílias pelos problemas por elas enfrentados. Como bem alerta Teixeira (2016, p.2017) requer que se "procure romper com os referenciais teóricos funcionalistas das famílias 'desestruturadas', 'disfuncionais', 'incompletas' pelo não atendimento ao modelo-padrão, ideal de família".

Diante da conjuntura atual, de desmonte das políticas públicas, o trabalho social com famílias enfrenta alguns desafios, quando se vislumbra sua possibilidade de intervenção crítica, como acima mencionado. Desta forma, o próprio direcionamento dado pelo Estado às políticas sociais, a partir do ajuste neoliberal,











bem como os atuais cortes nos orçamentos, constitui-se num limite à potencialização deste trabalho.

Mesmo diante dos desafios expressos ao trabalho social com famílias, é preciso reconhecer também as suas potencialidade e possibilidades. Enquanto trabalho socioeducativo, se utilizado numa perspectiva crítica, pode colaborar para o desvelamento da realidade, potencialização da participação social e, portanto, caminhar no fortalecimento das lutas coletivas em favor da defesa de direitos, autonomia e emancipação social dos sujeitos.

Assim, no âmbito do Serviço Social é possível vislumbrar possibilidades ao trabalho social com famílias, tomando-se como horizonte o projeto ético-político, munido dos seus compromissos com a classe trabalhadora, com a defesa de direitos e com a luta pela superação do modo de produção capitalista; por uma nova ordem societária sem dominação, exploração ou discriminação.

## **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Defender e buscar materializar o projeto ético-político do Serviço Social não é tarefa fácil, principalmente quando se analisam as limitações postas pelo atual perfil adotado pelo Estado no desenvolvimento das políticas sociais, as quais não são extensivas a todas as pessoas que delas necessitam.

Assumir uma postura crítica diante do trabalho social com famílias também parece ser algo desafiador, uma vez que tal trabalho vem sofrendo os reflexos da minimização do Estado e passa a ser orientado, pelos órgãos estatais, muito mais com uma função de controle, fiscalização e adequação, do que um trabalho que vise o acesso a direitos.

Assim, a complexa realidade exige dos/as assistentes sociais, capacidade teórica, ética e política para lidar com o agravamento das expressões da questão social, num mesmo contexto de negação de direitos por parte do Estado.

Diante dessa conjuntura adversa é que visualiza-se as potencialidades do trabalho social com famílias no âmbito do Serviço Social, como um trabalho que une as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, capaz de













contribuir com a defesa de direitos; participação dos sujeitos nos espaços de controle social e com a luta pela superação do modo de produção capitalista.

Considera-se que, mesmo diante das contradições postas, é possível encontrar espaços, no desenvolvimento do trabalho social com famílias, para a materialização do projeto ético- político do Serviço Social. Necessita-se, para tanto, a partir de uma perspectiva crítica, romper com as práticas conservadoras e que cerceiam as liberdades e a autonomia dos sujeitos, bem como deve-se potencializar tal trabalho rumo a uma nova sociabilidade.

### 3 REFERÊNCIAS

DUARTE, Joana Maria Gouveia Franco. Trabalho social com famílias no Serviço Social: determinações sócio-históricas na reconfiguração das políticas sociais contemporâneas. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e Trabalho Social: intervenções no âmbito do Serviço Social. Revista Katálisis, V.13, n.1, p. 126-132, jan/jun 2010.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (org.) Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

HORST, Cláudio Henrique Miranda; MIOTO, Regina Célia. Serviço Social e o trabalho social com famílias: renovação ou conservadorismo? Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, V. 15, n. 40, p. 228- 246, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista, Londrina, V.12, n.2, p. 163-176, 2010.













19 a 22 SET/2023 CIDADE UNIVERSITÁRIA DOM DELGADO SÃO LUÍS/MA - BRASIL



#### REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA Formação da Consciência de Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE DE LUKÁCS

Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes
sociais. Revista Virtual Textos e Contextos, n.3, dez. 2004.
TEIXEIRA, Solange Maria. A família na política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias no CRAS de Teresina-Pl. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2016.
Trabalho social com família: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos. Teresina: EDUFPI, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. IN: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009.









